SciELO Preprints

Estado da publicação: O preprint foi publicado em outro meio.
DOI do preprint publicado: https://doi.org/10.1590/dados.2024.67.4.331

REELEIÇÃO DE PREFEITOS E O ENFRENTAMENTO À PANDEMIA DE COVID-19 EM 2020

Vitor Peixoto, João Gabriel Ribeiro Pessanha Leal, Larissa Martins Marques, Renato Barreto de Souza

https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.4236

Submetido em: 2022-06-07
Postado em: 2022-06-14 (versão 1)
(AAAA-MM-DD)

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.4236

REELEIÇÃO DE PREFEITOS E O ENFRENTAMENTO À PANDEMIA DE COVID-19 EM 2020

RE-ELECTION OF MAYORS AND FACING THE COVID-19 PANDEMIC IN 2020

Vitor de Moraes Peixoto
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF)
Orcid: https://orcid.org/0000-0001-6618-3311

João Gabriel Ribeiro Pessanha Leal
ENSP/FIOCRUZ
Orcid: https://orcid.org/0000-0003-4851-1435

Larissa Martins Marques
IPOL/Universidade de Brasília (UnB).
Orcid: https://orcid.org/0000-0003-1618-1742

Renato Barreto de Souza
Instituto Federal Fluminense (IFF)
Orcid: https://orcid.org/0000-0003-3748-9404

Repositório dos dados e scripts no GitHUb
https://github.com/moraespeixoto/pandemia_reeleicao_2020

ABSTRACT
RE-ELECTION OF MAYORS AND FACING THE COVID-19 PANDEMIC IN 2020

Did the covid-19 pandemic affect the success or failure of candidates for reelection in the 2020 municipal elections? To answer this question, we tested the influence of five-dimensional variables: individual characteristics of applicants, political factors municipalities, socioeconomic and governance issues, as well as contextual indicators of the pandemic on the performance of those who tried to renew their mandates. The research circumscribed 3032 municipalities in which mayors participated in the electoral race. The following factors positively influenced reelection: population size, campaigns and spending on health and education. With negative effects, the electoral competition and the gender of the chief executive. It was concluded that the aspects that fact, determined reelection are related to individual attributes of the candidate and the socioeconomic and political characteristics of the municipality, and not to factors directly linked to the pandemic, such as confirmed cases or even deaths.

Keywords: Re-election; Pandemic; Elections 2020; Emergency aid; Brazilian National Health System (SUS).

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.4236

RESUMO

REELEIÇÃO DE PREFEITOS E O ENFRENTAMENTO À PANDEMIA DE COVID-19 EM 2020

O sucesso ou o fracasso de candidatos à reeleição nas prefeituras nas eleições de 2020 foi determinado pelo contexto da pandemia? Para responder essa questão, testamos a influência de variáveis de cinco dimensões: características individuais dos postulantes, fatores políticos municipais, questões socioeconômicas e de governança, assim como indicadores contextuais da pandemia sobre o desempenho daqueles que tentaram renovar os seus mandatos. A pesquisa circunscreveu 3032 municípios em que prefeitos participaram da corrida eleitoral. Influenciaram positivamente a reeleição os seguintes fatores: tamanho da população, gastos de campanha e gastos em saúde e em educação. Com efeitos negativos, foram encontrados a competição eleitoral e o gênero do chefe do executivo. Concluiu-se que os aspectos que, de fato, determinaram a reeleição estão relacionados a atributos individuais do candidato e a características socioeconômicas e políticas do município, e não a fatores ligados diretamente à pandemia, como casos confirmados ou mesmo óbitos.

Palavras-chave: reeleição; pandemia; eleições 2020; auxílio emergencial; SUS.

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.4236

INTRODUÇÃO

As eleições municipais de 2020 ocorreram durante um dos eventos de maior impacto da história do Brasil e do mundo: a pandemia de Covid-19. Sua realização demandou um esforço do legislativo e do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para torná-la exequível, como alterações no calendário eleitoral e ações mobilizadoras visando aumentar o quantitativo de mesários. Além da Covid-19, outras questões deram um aspecto inédito à corrida eleitoral de 2020. O pleito foi marcado por mudanças importantes nas regras eleitorais, tais como a proibição das coligações proporcionais e a redução do tempo de campanha eleitoral. Nesse contexto, foram registrados índices recordes de abstenção eleitoral: cerca de 23% dos eleitores não compareceram às urnas para escolher prefeitos e vereadores.

Durante a pandemia, os sistemas de saúde foram postos à prova, seja pela velocidade de transmissão da doença, seja pela falta de um tratamento específico. No caso brasileiro, os dados oficiais do ministério da saúde apontam que, no ano de 2020, o número de casos de Covid-19 ultrapassou a marca de 7.5 milhões, enquanto o de óbitos girou em torno de 190 mil. Este artigo integra a discussão acadêmica que busca identificar as influências da pandemia sobre as eleições municipais.

Além do alto risco da doença, outro fator potencializou a gravidade da situação no Brasil: a descoordenação na tomada de decisões devido à ausência de uma liderança nacional. O Governo Federal se recusou a assumir suas responsabilidades como coordenador das políticas de combate à pandemia, e não houve programas de enfrentamento que disseminassem quais medidas adotar de cima (União) para baixo (estados e municípios). Segundo Abrucio et al. (2020), ações articuladas entre os entes federativos eram de fundamental importância no combate ao Covid-19, especialmente, em um país com as dimensões do Brasil e com sua diversidade de contextos locais.

Jair Bolsonaro, além de se omitir das suas responsabilidades coordenativas, também influenciou negativamente as medidas sanitárias promovidas por estados e municípios, interferiu em decisões técnicas do Ministério da Saúde, na gestão dos dados sobre casos e óbitos e na forma como seriam apresentados, estimulou e inseriu o protocolo clínico de tratamento contra a Covid-19 a partir de medicamentos que sem comprovação científica de efetividade contra a doença (Campos, 2020; Henriques; Pessanha; Vasconcelos, 2020;

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.4236

Pereira; Oliveira; Sampaio, 2020; Sodré, 2020). O presidente adotou uma postura de enfrentamento intergovernamental (Caponi, 2020), chegando a declarar, no dia 14 de maio de 2020 que o país estava em guerra contra os governadores e prefeitos que adotavam medidas de distanciamento social e a obrigatoriedade do uso de máscaras.

Com baixos níveis de apoio da população (Rennó; Avritzer; Carvalho, 2021), a postura negacionista do presidente transformou prefeitos e governadores em atores centrais no combate à pandemia. O desarranjo federativo, além de ter sido apontado como uma das causas da disseminação da doença pelo país (Castro Et al., 2021), impeliu os governos subnacionais, principalmente os municípios, a buscarem estratégias e adotarem medidas diversas para o enfrentamento da doença. Os mandatários locais editaram decretos e proposições de leis buscando o controle da disseminação da Covid-19, tais como o isolamento social, o fechamento de serviços não essenciais, além de períodos de quarentena e *lockdown* (Schaefer et al., 2020).

Outro fator que contribuiu para a centralidade dos prefeitos no combate à crise foi a estrutura institucional do Sistema Único de Saúde (SUS). A implementação do direito à saúde tem como suas bases sistêmicas a descentralização e hierarquização, onde a União e estados são os responsáveis pela cooperação técnica e financeira, enquanto os municípios são os atores que disponibilizam os atendimentos de forma contínua (Arretche; Rodden, 2004; Silva, 2001). A capilaridade da cobertura do sistema de saúde no território nacional se dá pela tomada dos entes locais como responsáveis, em grande medida, pela prestação dos serviços na ponta. Quando os problemas decorrentes da pandemia chegaram ao Brasil, restou aos entes municipais a incumbência de agir, sobretudo do ponto de vista da provisão de serviços.

A pandemia ceifou milhares de vidas, instalou uma crise sanitária e desestruturou arranjos entre atores e instituições políticas. Por óbvio, impactou as eleições municipais em diversas dimensões. Este artigo se propõe a avaliar como foi esse impacto sobre as chances de reeleição dos mandatários locais. Em um contexto de descoordenação federativa, os prefeitos foram protagonistas na adoção de estratégias de contenção dos problemas decorrentes da pandemia. Sendo assim, verificar-se-á se a agenda de enfrentamento à doença definida pelos prefeitos e os dados epidemiológicos tiveram impactos sobre os resultados eleitorais nas eleições de 2020.

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.4236

O objetivo deste artigo é analisar os fatores que influenciaram o sucesso e o fracasso de candidatos à reeleição em 2020 e, principalmente, como o contexto da pandemia impactou as chances de os chefes dos executivos municipais renovarem seus mandatos. A pergunta que norteia este trabalho se expressa da seguinte forma: como variáveis da (1) conjuntura pandêmica e políticas de enfrentamento, (2) aspectos socioeconômicos dos municípios, (3) características individuais dos candidatos, (4) resultados de políticas governamentais e (5) conjuntura política municipal alteraram as chances de reeleição de prefeitos em 2020?

Para respondê-la, além desta introdução, o artigo se estrutura em mais cinco seções. A primeira apresenta a literatura que se debruça sobre a compreensão dos efeitos da pandemia no prosseguimento ou não do governo do mandatário local. A segunda esclarece os métodos e os dados utilizados. A terceira trata da relação do enfrentamento da pandemia e da reeleição de prefeitos, enquanto a quarta seção demonstra os fatores que determinaram o sucesso ou fracasso daqueles que tentaram renovar seus mandatos. Por fim, a quinta seção trata das considerações finais do trabalho.

REELEIÇÃO E COVID-19

Em 2020, os sistemas democráticos de diversos países tiveram que enfrentar desafios adicionais com o advento da pandemia de Covid–19. Segundo o Instituto para a Democracia e Assistência Eleitoral (IDEA), entre 21 de fevereiro de 2020 e 21 de agosto de 2021, houve 132 eleições em países e territórios e foram realizados 79 adiamentos de pleitos.

Entre as incertezas que pairavam sobre essas disputas, os índices de abstenção figuravam entre os mais citados, pois o risco de contágio se apresentava com um potencial inibidor da participação, haja vista que a imensa maioria das eleições exige o comparecimento do eleitor aos locais de votação. Os resultados variaram bastante, havendo casos como o da França, onde o voto não é obrigatório e a abstenção bateu recorde com uma elevação de 19% em relação à eleição anterior, que ocorrera em 2014 (Cassan; Sangnier, 2020). Já o Uruguai exibiu robustos índices de comparecimento, alcançando cerca de 85% dos eleitores.

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.4236

Bertoli et al. (2020) analisaram as consequências da decisão do governo francês de manter as eleições sobre o excesso de mortalidade local nas semanas seguintes. O estudo indicou que os locais com uma maior participação foram associados a uma contagem de óbitos significativamente maior para a população idosa nas cinco semanas após as eleições. Além disso, projeções indicam que se a participação em 2020 estivesse no nível de 2014, o número de mortes teria sido 21,8% maior do que o registrado (Bertoli; Guichard; Marchetta, 2020:14). Os resultados ilustram o debate intenso experimentado à época sobre o que deveria prevalecer, a proteção epidemiológica ou o exercício democrático da população.

Partindo do postulado teórico de que grandes crises reforçam o *status quo* político, Bol et al. (2021) analisaram os efeitos políticos da aplicação de uma política de confinamento em resposta à pandemia de Covid-19 em 15 países da Europa Ocidental. A pesquisa consistiu em comparar o apoio político do chefe maior do Estado logo antes e logo após o início do bloqueio em seu país, baseado em pesquisas de opinião realizadas entre março e abril de 2020. Os resultados apontaram que os bloqueios aumentaram as intenções de voto para o partido do primeiro-ministro/presidente, além da confiança no governo e a satisfação com a democracia (Bol et al., 2021:502). Ou seja, os cidadãos premiaram aqueles que tiveram uma política de restrição mais acentuada.

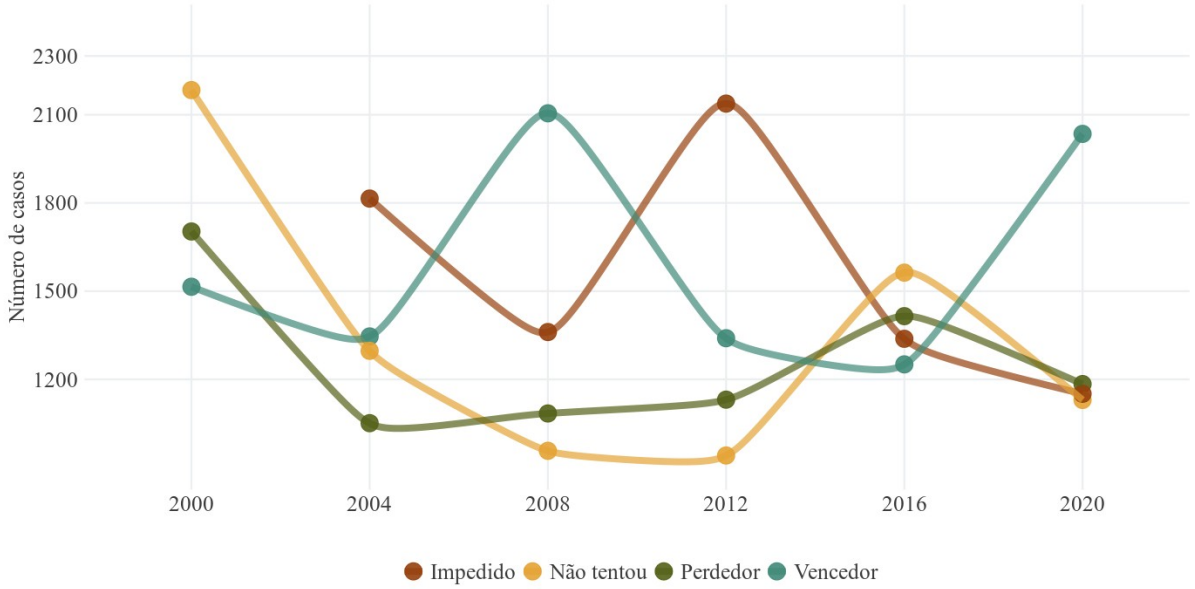
No Brasil, os motivos que explicam as vantagens de ser candidato enquanto se ocupa um cargo varia de acordo com o tipo de cargo em jogo. No caso das prefeituras, fatores como o controle de boa parte do orçamento municipal e maior visibilidade dos mandatários conferem vantagens em sobre os demais candidatos aos que disputam a reeleição (Barreto, 2014). Entretanto, o efeito *incumbente* [i] não é um ponto pacificado na literatura. Trabalhos recentes que utilizam métodos de quase-experimento chegaram à conclusão de que os efeitos isolados de ocupar a máquina pública podem ser negativos sobre a chances de reeleição dos prefeitos (Brambor; Ceneviva, 2012).

O gráfico 1 aborda, em uma perspectiva longitudinal, qual foi a situação do candidato vencedor da eleição anterior em relação ao pleito seguinte, de modo a ilustrar o quantitativo de mandatários que estavam impedidos, que não tentaram prosseguir em seus cargos, que perderam e que venceram as eleições. Verifica-se que no pleito de 2020, em meio à crise sanitária, o número de reeleições foi um dos maiores da série histórica, retomando o padrão de 2008, quando o país viveu um período de expansão dos gastos públicos e crescimento econômico. O número de impedidos à reeleição, em 2020, também foi um recorde histórico negativo desde a aprovação da emenda constitucional que introduziu a possibilidade de

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.4236

reeleição dos chefes dos poderes executivos em 1997. Esse fato pode ser explicado pela conjugação da crise econômica com a com crise política, em 2016, que gerou um grande contingente de derrotados e de desistentes. Portanto, em 2020, muitos prefeitos tiveram a possibilidade de se recandidatar, já que estavam em primeiro mandato.

Gráfico 1 - Reeleição longitudinal (2000-2020)



Fonte: Elaboração dos autores a partir de dados do TSE.

O resultado eleitoral brasileiro vai ao encontro da tendência internacional demonstrada em países como Alemanha, Canadá e França, que apontam para vantagens dos *incumbents* nos processos eleitorais realizados em ambiente pandêmico (Bol Et Al., 2021; Cassan; Sangnier, 2020; Noury Et Al., 2021; Tarouco, 2021). Resta investigar quais fatores relacionados à crise sanitária tiveram impactos nas eleições locais brasileiras, no geral, e na reeleição dos prefeitos, em particular.

Neste sentido, Freitas et al (2021) verificaram se as formas como os prefeitos de capitais lidaram com a crise sanitária impactou seu sucesso eleitoral. Mais especificamente, o trabalho analisou se os prefeitos candidatos à reeleição e/ou candidatos à sucessão indicados pelo prefeito em exercício nas 25 capitais obtiveram sucesso eleitoral, considerando medidas relacionadas ao combate da Covid-19. Utilizou-se o *método Qualitative Comparative Analysis* (QCA) no qual foram mobilizadas quatro condições causais: a) a aprovação do prefeito; b) o grau de rigidez das medidas adotadas nas capitais mensurado pelo índice construído pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea); c) a taxa de óbitos

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.4236

ocasionados pela Covid-19 por 100 mil habitantes; d) o alinhamento de prefeitos das capitais em relação ao governo federal. Como resultado, o estudo apontou que, das 25 capitais analisadas, em 15 o prefeito conseguiu se reeleger ou eleger seu sucessor. Verificou-se, também, a relação entre uma baixa taxa de óbitos e o sucesso eleitoral, e que a adoção de medidas rígidas de isolamento social, por parte dos prefeitos, não necessariamente levou ao sucesso eleitoral. Além disso, em 1/3 dos casos de municípios onde as taxas de óbitos eram menores, os prefeitos em situação de disputa de reeleição ou seus indicados à sucessão obtiveram sucesso (Freitas et al., 2021, p. 32).

Barros et al. (2020) uniram esforços para compreender como as eleições de 2020 influenciaram as medidas de enfrentamento à pandemia em cinco municípios que compõem a região metropolitana de Natal (RN). A pesquisa documental foi usada para sistematização dos decretos estaduais e municipais, os quais foram cruzados com dados quantitativos referentes às taxas de transmissibilidade e de ocupação de leitos de UTI. Na análise, os mandatários do executivo municipal foram contemplados com uma maior visibilidade devido às suas ações no enfrentamento à crise. Para os autores, a pandemia permitiu aos gestores locais vincularem suas imagens às iniciativas de combate à propagação da Covid-19, obtendo com isso apelo midiático, o que acabou por se tornar uma janela de oportunidade para a promoção eleitoral na medida em que elevou sua visibilidade. Não foi possível afirmar que os prefeitos candidatos tiveram, de fato, maiores chances de vitória, haja vista que o estudo foi feito antes do pleito (Barros et al., p. 21).

De maneira geral, os trabalhos sobre Covid e eleições podem ser divididos em duas correntes de análises. A primeira está preocupada em compreender como fatores políticos ligados à dinâmica eleitoral impactaram as medidas de enfrentamento à pandemia (Bertoli; Guichard; Marchetta, 2020; Oliveira, 2021). A outra vertente analisa como as ações para o enfrentamento à Covid-19 influenciaram os resultados eleitorais nas unidades locais brasileiras (BARRETO, 2021; FREITAS et al., 2021; MARENCO; CATE, 2021). Dito de outra forma, ora as eleições são variáveis independentes que influenciam o comportamento dos atores políticos no enfrentamento à pandemia, ora são variáveis dependentes influenciadas pela Covid-19. A análise que aqui se empreende se filia a esta última corrente.

Ao estender as análises dos efeitos das variáveis epidemiológicas e de enfrentamento para os municípios que não são capitais dos estados, o estudo aqui proposto permitirá inserir nos modelos explicativos controles e variáveis clássicas que a vasta literatura sobre reeleição de prefeitos já reconheceu como importantes (Cavalcante, 2016; Costa, 2006; De Araujo

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.4236

Junior; Cançado; Shikida, 2005; Klein, 2010; Marciniuk; Bugarin, 2019; Mendes; Rocha, 2003; Sakurai, 2005; Sakurai; Menezes Filho, 2007).

Cavalcante (2015) analisou as eleições de 2008, onde selecionou 2.900 cidades do país e elegeu nove variáveis objetivando relacioná-las com a probabilidade de reeleição; elementos da realidade partidária, eleitoral e de gestão local estão entre as selecionadas. Segundo o autor, ao levar em consideração a eleição anterior, o potencial político do prefeito (calculado pela margem de vitória) teve forte correlação com a reeleição. Entretanto, o mesmo não ocorreu com a competição eleitoral. O alinhamento à coalizão do presidente da República não aumentou as chances de reeleição do prefeito, mas o alinhamento à coalizão do governador, sim. No que concerne às características de gestão, o trabalho apontou que o eleitor premia com reeleição o prefeito que adota boa gestão das contas públicas. Quanto ao perfil da população: os anos de estudo influenciam negativamente a reeleição; ou seja, quanto mais elevado for o nível educacional da população, mais difícil é, para o prefeito, reeleger-se. O autor não encontrou impactos com significância estatística da renda *per capita*, assim como também não tiveram efeito a taxa de urbanização e o tamanho da população.

Os impactos dos gastos públicos municipais sobre as chances de reeleição foram analisados por Sakurai e Filho (2007), que constataram um efeito positivo entre gastos ao longo do mandato e chances de sucesso eleitoral. Porém, comportamentos oportunistas no último ano do governo foram punidos pelos eleitores.

Mendes e Rocha (2004) constataram que a forma de gestão das políticas municipais feita pelos prefeitos, notadamente as de educação e saúde, explicam parte do resultado eleitoral. Para os autores, a performance de prefeitos pode ser observada mais facilmente por eleitores do que o desempenho do presidente da República, posto que o prefeito é o principal gerente dos serviços públicos diretamente fornecidos à população, o que o torna uma figura política mais facilmente identificada.

A teoria dos ciclos econômicos foi testada por Klein (2010) em 5.406 municípios. O autor verificou que ocorreram diferenças significativas no gasto *per capita* municipal em ano eleitoral. Segundo ele, considerando as eleições de 2004: “em média, os prefeitos reeleitos gastam cerca de 3% a mais em anos eleitorais do que os não reeleitos. Candidatos reelegíveis possuem variação de gastos cerca de 5% maior do que os não reelegíveis” (Klein, 2010:334).

As eleições entre 2000 e 2008 nos municípios baianos foram investigadas por Silva e Braga (2013). Os autores não encontraram efeitos sobre a reeleição das variáveis macroeconômicas representadas por PIB *per capita* e receita tributária e tampouco do

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.4236

alinhamento do prefeito com o partido do presidente. Por outro lado, o alinhamento com o partido do governador e o aumento de receitas totais afetaram positivamente as chances de reeleição. Por fim, sustentam que "o governante que gera um aumento nas despesas totais durante o ano eleitoral reduz suas chances de reeleição" (Silva e Braga, 2013:273).

Neste artigo a pandemia é tratada como um choque exógeno que atinge a economia dos municípios e que os agentes políticos locais tiveram a possibilidade de tomar decisões que afetaram tanto resultados da própria pandemia quanto alteraram as chances de reeleição. A influência de choques exógenos sobre a popularidade e reeleição de Presidentes na América Latina foram amplamente tratados por Campello e Zucco (2016), cabe perguntar como os efeitos da pandemia afetaram a capacidade de responsabilização eleitoral no nível subnacional. Em um contexto de crise pandêmica, os prefeitos com possibilidade de reeleição se viram diante de um aparente paradoxo: adotar medidas restritivas de circulação com consequências econômicas negativas ou correr o risco de serem responsabilizados eleitoralmente pelos casos de óbitos.

Novaes e Schiumerini (2015) investigaram a capacidade do eleitor de distinguir os efeitos de políticas públicas locais de fatores exógenos, tais como as variações dos preços de *commodities*, que impactam a economia dos municípios, mas não são controladas pelos administradores locais. Nos municípios rurais, nos quais a agricultura representa grande percentual da economia, os autores encontraram forte efeito da variação dos preços de *commodities* sobre a probabilidade de reeleição do prefeito. Logo, a conclusão foi a de que os eleitores têm pouca capacidade de distinguir sinais exógenos e sinais endógenos, conferindo vantagens e desvantagens aos candidatos à reeleição baseados em critérios que estão fora do controle dos mandatários.

Baseado neste arcabouço teórico, este artigo busca compreender se as chances de prefeitos renovarem os seus mandatos foram influenciadas por aspectos ligados ao enfrentamento à Covid-19, mantido constantes outros fatores individuais dos candidatos, além de dados socioeconômicos e políticos dos municípios.

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.4236

OS DADOS E O MÉTODO

Este artigo consiste em uma investigação eminentemente quantitativa e analisa a reeleição nas eleições municipais de 2020. A variável dependente foi construída de forma a identificar se o candidato à reeleição obteve sucesso ou fracasso eleitoral: o valor 0 significa derrota, enquanto o valor 1 aponta para a vitória. Do total de tentativas de reeleição, o universo de análise foi limitado aos que foram eleitos em 2016. Foram excluídos da análise todos os municípios em que as eleições de 2016 foram anuladas, assim como os casos em que os eleitos não completaram seus mandatos. Ao todo, foram levados em conta 3.032 casos por meio de análises de comparação de médias, ANOVA, modelos de regressão logística binomial e modelos hierárquicos de dois níveis (multinível).

O conjunto de variáveis independentes foi dividido em cinco dimensões. A primeira se refere a dados sociodemográficos, tais quais a população estimada e o IDEB em 2019; a região a que pertence; o índice de GINI em 2010; o PIB *per capita* em 2017; a indicação de pertencimento a uma região metropolitana; a hipótese de o município configurar um polo de saúde; a densidade demográfica e a dependência financeira da prefeitura de rendas transferidas pelo demais entes em 2019.

A segunda dimensão engloba as variáveis políticas, o que inclui a competição eleitoral em 2020 nas eleições majoritárias mensurada pelo número efetivo de partidos (NEP), a diferença entre o primeiro e o segundo colocado nas eleições de 2016 para prefeito e a diferença de votos entre Fernando Haddad e Jair Bolsonaro no segundo turno em 2018.

O terceiro conjunto de variáveis independentes trata do nível individual dos postulantes. A saber, o partido político (operacionalizado por *dummies* para as oito maiores legendas com candidatos à reeleição), o gênero, o estado civil, a profissão (*dummy* para médicos), a escolaridade e os gastos de campanha (percentual de recursos utilizados pelo postulante em relação ao total de recursos gastos por todos os candidatos daquele distrito eleitoral).

A quarta dimensão, de governo, é constituída por um grupo de variáveis referentes aos resultados de políticas públicas de educação e administração pública, típicas da atuação governamental via gastos e provisão de serviços sociais. Neste grupo se encontram o percentual de funcionários discricionários e o número de funcionários públicos municipais per capita em 2020, a variação percentual do IDEB entre 2017 e 2019, a variação percentual do valor gasto em ensino fundamental e infantil *per capita* entre 2016 e 2020 e as despesas com educação infantil *per capita* em 2020.

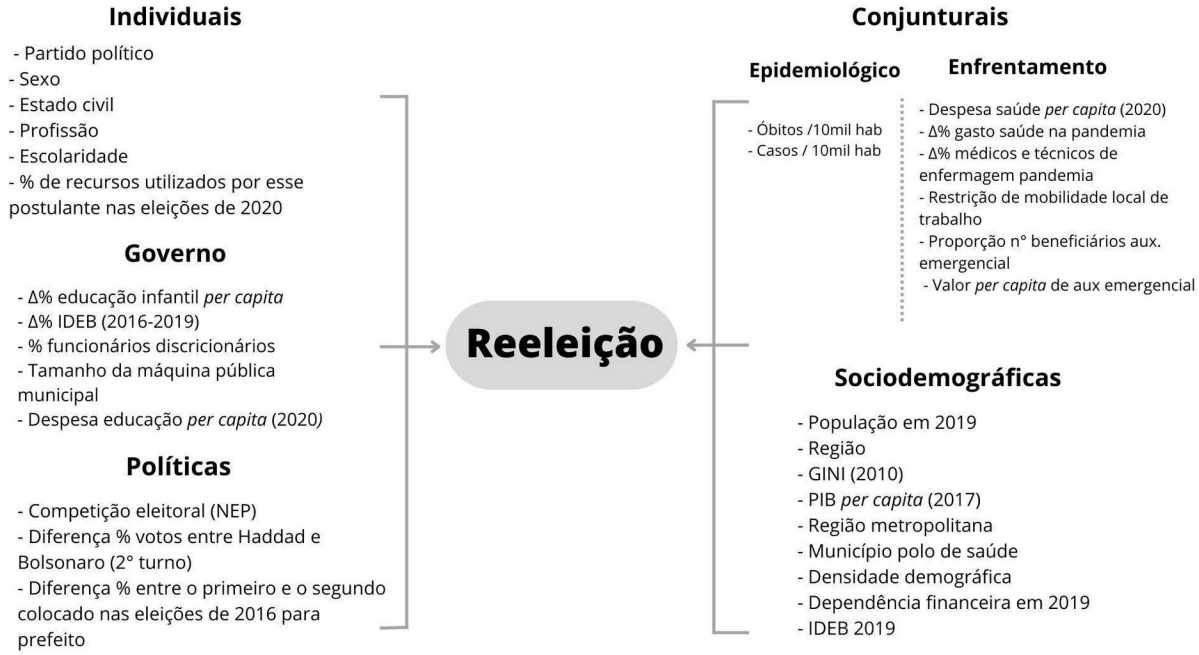
SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.4236

O quinto e último grupo de variáveis se refere, especificamente, às dimensões de interesse deste artigo, a saber, as políticas de respostas à pandemia e ao grau do impacto da Covid-19 no município. No que tange ao combate à crise sanitária, foram incluídas nos modelos variáveis que mensuram o esforço na provisão de políticas públicas de saúde. São elas: despesas totais com saúde *per capita* em 2020, variação percentual do gasto em saúde *per capita* entre 2019 e 2020, variação percentual de médicos entre 2019 e 2020, variação percentual de técnicos de enfermagem entre 2019 e 2020, restrição de mobilidade em locais de trabalho calculada com o uso do relatório de mobilidade do Google interpretado como um *proxy* de *lockdowns*.

No que concerne ao grau de impacto da pandemia, foram selecionados aspectos como (a) o número de óbitos por 10 habitantes, (b) o número de casos por 10 mil habitantes até o mês de outubro de 2020, (c) os valores que os municípios receberam de auxílio emergencial *per capita* até outubro de 2020 e, por fim, (d) a proporção da população do município que foi beneficiada com o auxílio.

A figura abaixo apresenta, por dimensões, as variáveis que serão inseridas nas análises bivariadas e multivariadas[ii].

Figura 1- Desenho analítico dos modelos



Fonte: Elaboração dos autores.

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.4236

ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA E REELEIÇÃO

A literatura sobre ciclos políticos aponta que um governante possui fortes estímulos para alterar sua política econômica e seu comportamento na gestão de políticas públicas em anos eleitorais para aumentar a probabilidade da manutenção do seu poder (Nordhaus, 1975; Puchale Et Al., 2020). Atores ocupantes de cargos no executivo envolvidos em eleições possuem a liberdade e a capacidade estratégica de manipular os instrumentos econômicos e de ação pública antes das eleições a fim de manter-se em seus cargos. Isso pode ocorrer através de diferentes ações governamentais: aumento nos gastos públicos, aumento do emprego, redução de impostos, ou mesmo através da mudança de gastos de serviços públicos menos visíveis para outros mais visíveis - como sugere Klein (2010).

Com o objetivo de analisar relações bivariadas entre a situação dos prefeitos e as variáveis relacionadas à pandemia, foram realizados testes de diferenças de médias e ANOVA (com testes post-hoc com correção de Holm-Bonferroni para o p-valor). A variável independente foi operacionalizada em quatro categorias: prefeitos em segundo mandato (impedidos de se recandidatarem), desistentes (que podiam se recandidatar, porém não o fizeram), derrotados (que participaram do pleito e fracassaram) e reeleitos.

Foram selecionadas seis variáveis relativas às dimensões de enfrentamento e epidemiológica. Duas variáveis de contratação de pessoal (médicos e auxiliares de enfermagem), gastos *per capita* em saúde, médias de restrições de circulação de pessoas em locais de trabalho, valores de auxílio emergencial *per capita* e, por fim, o número de óbitos por habitantes até outubro de 2020.

Para a contratação de médicos em 2020, as diferenças foram significativas estatisticamente para os pares de reeleitos e impedidos, assim como para os reeleitos e não reeleitos. Em ambos os casos, o grupo de municípios que tiveram os prefeitos reeleitos foram os que apresentaram as maiores médias para a variação percentual de médicos (38% de aumento em 2020 em relação a 2019). Sobre a contratação de auxiliares de enfermagem, o grupo dos reeleitos também demonstraram médias superiores a todos os demais grupos (33%), porém estatisticamente significantes somente em relação ao grupo dos impedidos (25%).

A média de óbitos por 10 mil habitantes e a média de restrições não apresentaram diferenças estatisticamente significativas para qualquer dos pares comparados, demonstrando

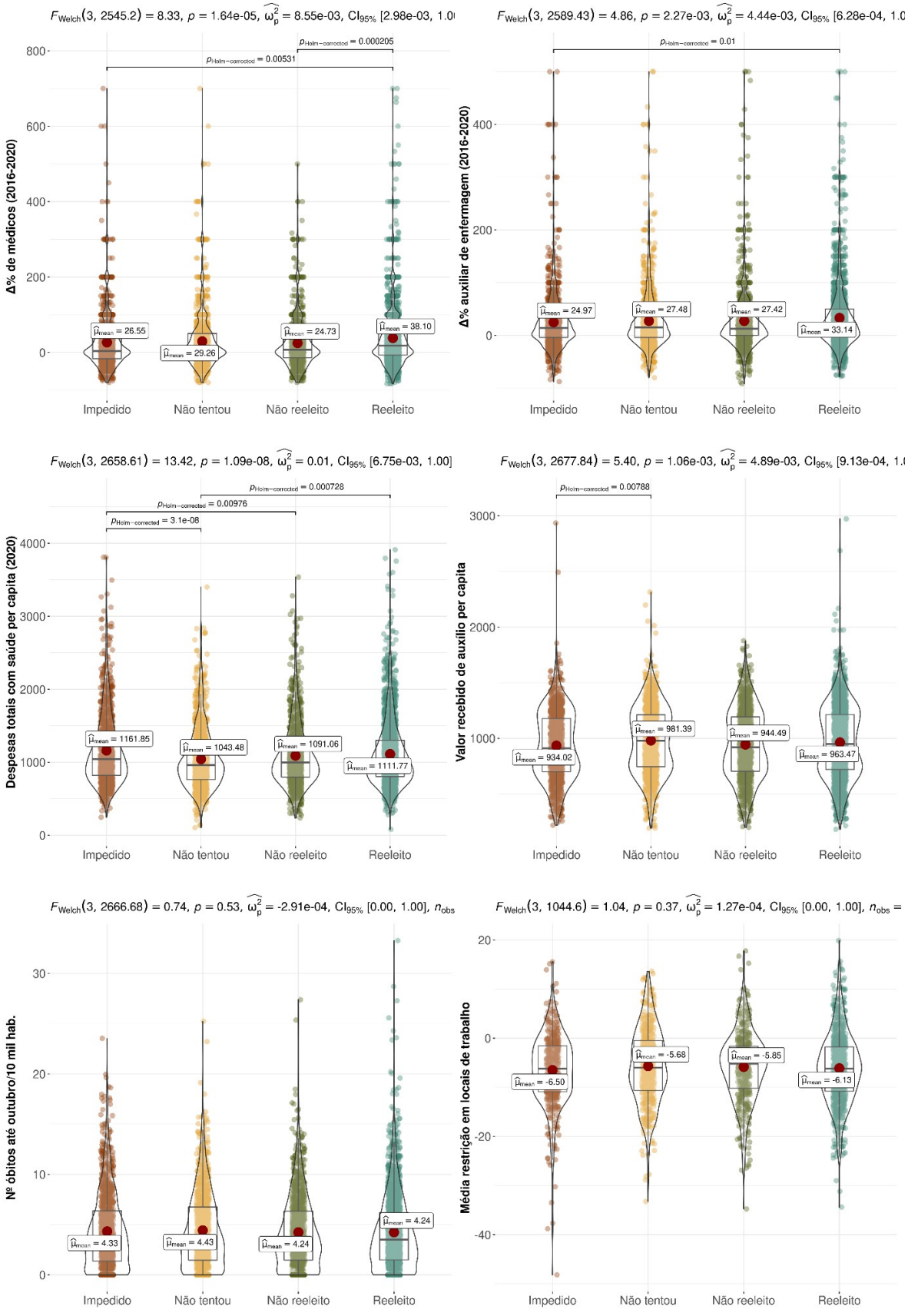
SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.4236

que nem a variável epidemiológica nem as medidas de restrição de circulação de pessoas impactaram a reeleição dos prefeitos. O mesmo pode ser afirmado em relação aos recursos de transferências diretas do auxílio emergencial. Ainda que não tenha sido uma política municipal, era de se esperar que a mitigação dos prejuízos econômicos ocasionados pela pandemia poderia ter efeito sobre a eleição municipal. Não foi o que se verificou nas análises bivariadas, pois a diferença se deu apenas entre os grupos de impedidos e dos que desistiram.

Por fim, a única variável que apresentou diferenças estatisticamente significativas para todos os pares de grupos foi relativa aos gastos totais *per capita* em saúde. Os reeleitos gastaram em média (R$ 1.111 *per capita*) mais do que os não reeleitos (R$ 1.091 *per capita*), que por sua vez, gastaram mais do que os que não tentaram (R$ 1.043 *per capita*). Todos os três grupos foram superados, em média, pelos prefeitos que estavam impedidos. Aparentemente, os prefeitos que já estavam em segundo mandato, por não terem que se preocupar com as consequências fiscais no ano subsequente, foram os que empregaram os maiores montantes de recursos no SUS. Este é um fato interessante do ponto de vista de análise dos efeitos da possibilidade de reeleição sobre a responsabilidade fiscal, porém escapa aos objetivos deste trabalho, que trata a eleição como fenômeno a ser explicado e não como variável explicativa.

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.4236

Gráfico 2 - Relações bivariadas entre enfrentamento e situação política dos prefeitos m 2020



Fonte: Elaboração dos autores com dados de TSE, DATA-SUS e IBGE.

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.4236

As relações bivariadas entre as variáveis de enfrentamento e conjuntura pandêmica aparentemente não demonstraram relações consistentes entre as categorias de situação política dos mandatários locais que estavam em condições de se reeleger. Resta investigar se há interferências de demais variáveis em testes multivariados nos quais controles estatísticos mais rigorosos tendem a evitar vieses por variáveis omitidas.

OS CONDICIONANTES DO DESEMPENHO ELEITORAL EM 2020

O objetivo desta seção é apresentar os modelos econométricos no intuito de responder se os mandatários locais que tentaram a reeleição em 2020 tiveram as suas chances de sucesso alteradas pela pandemia, mantidas constantes outras características.

O primeiro modelo reúne todas as variáveis incluídas na análise. Devido à falta de informações de municípios em determinados requisitos, principalmente no IDEB e na variável que mensura a restrição de mobilidade em locais de trabalho, os casos analisados ficaram restritos a apenas 657.

Na construção do modelo 2, foram retiradas três variáveis sociodemográficas: a indicação de pertencimento do município a uma região metropolitana, se configura ou não um polo de saúde de alguma região e a densidade demográfica. Foram retiradas também três variáveis referente a questões individuais do candidato: o estado civil, a profissão e a escolaridade. Por fim, foram retiradas cinco variáveis que mensuram o enfrentamento à pandemia: o percentual de funcionários discricionários, a variação percentual do gasto em saúde *per capita* entre 2019 e 2020, a variação percentual do valor gasto em ensino fundamental e infantil *per capita*, a despesa com saúde infantil e a restrição em locais de trabalho em 2020, restando assim 1482 casos.

O modelo 3 retira mais três variáveis de enfrentamento: a variação percentual de técnicos de enfermagem entre 2019 e 2020, a nota do IDEB em 2019 e a variação percentual do IDEB entre 2017 e 2019 e contém 2716 municípios. Já no modelo 4, foram retirados o índice de GINI, a dependência financeira, três partidos políticos (PSDB, PSB, PMDB), o valor gasto com funcionários discricionários *per capita*, e a proporção de beneficiários, contendo 2854 casos analisados. Por fim, do modelo 5. com 3032 municípios, foram removidos mais cinco partidos (PT, PP, PSD, PR, DEM), assim como o percentual da despesa do candidato e o valor de beneficiários pelo auxílio emergencial *per capita.* A seguir, temos a interpretação dos resultados.

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.4236

Tabela 2 - Modelos logísticos binários para reeleição de prefeitos em 2020 [iii]

	Modelo 1		**Modelo 2**		**Modelo 3**		**Modelo 4**		**Modelo 5**	
Predictors	*Odds Ratios*	*p*	*Odds Ratios*	*p*	*Odds Ratios*	*p*	*Odds Ratios*	*p*	*Odds Ratios*	*p*
(Intercept)	0.01	0.113	0.02	**0.016**	0.08	**0.025**	0.06	**0.001**	2.27	0.260
Log da população (2019)	1.63	**0.031**	1.37	**0.004**	1.31	**<0.001**	1.27	**<0.001**	1.24	**<0.001**
Nordeste	1.13	0.853	0.98	0.958	0.99	0.958	1.14	0.552	1.21	0.343
Sudeste	1.12	0.804	1.35	0.356	0.87	0.451	0.94	0.729	0.91	0.551
Sul	1.80	0.274	2.20	**0.032**	1.29	0.214	1.40	0.084	1.23	0.227
Norte	0.80	0.762	0.92	0.852	0.78	0.325	0.91	0.666	1.00	0.981
Gini (2010)	0.02	0.103	0.08	0.057	0.33	0.207				
PIB per capita (2017)	1.00	0.260	1.00	0.483	1.00	0.752	1.00	0.877	1.00	0.949
Metropole	1.05	0.828								
Município polo em saúde	0.94	0.827								
Densidade demográfica	1.00	0.409								
Dependência financeira (2019)	1.00	0.388	1.00	1.000	1.00	0.737				
NEP	0.55	**<0.001**	0.61	**<0.001**	0.53	**<0.001**	0.52	**<0.001**	0.30	**<0.001**
Diferença entre Haddad e Bolsonaro	1.01	0.280	1.00	0.789	1.01	**0.021**	1.01	**0.010**	1.00	0.050
Diferença entre o primeiro e segundo colocado (2016)	0.99	0.460	1.00	0.525	1.00	0.417	1.00	0.640	1.00	0.345
% candidato mais votado (2016)	1.02	0.228	1.02	0.173	1.00	0.880	1.00	0.727	1.00	0.875
PT	0.54	0.243	0.92	0.775	1.02	0.922	1.03	0.882		
PSDB	0.67	0.211	0.85	0.448	1.01	0.931				
PP	1.16	0.713	0.94	0.802	1.16	0.390	1.12	0.462		
PSD	0.59	0.139	0.89	0.610	0.98	0.882	0.93	0.617		
PSB	0.81	0.591	0.96	0.872	1.08	0.669				
PMDB	0.79	0.436	0.91	0.619	0.99	0.924				
PR	1.00	1.000	1.05	0.881	1.11	0.634	1.12	0.564		
DEM	0.36	**0.035**	0.74	0.300	0.82	0.334	0.84	0.373		
Prefeita	0.40	**0.010**	0.59	**0.005**	0.51	**<0.001**	0.51	**<0.001**	0.67	**0.001**
Médico(a)	0.88	0.710								
Casado(a)	0.85	0.471								
Ensino Superior	1.31	0.210								
% despesa por candidato	1.04	**<0.001**	1.04	**<0.001**	1.04	**<0.001**	1.04	**<0.001**		
% de funcionários discricionários	0.99	0.294								
Funcionários per capita	1.11	0.426	1.01	0.890	1.03	0.390				
Despesas totais com saúde per capita (2020)	1.00	0.290	1.00	0.317	1.00	0.637	1.00	0.292	1.00	**0.025**
Δ% em saúde per capita (2019-2020)	1.00	0.829								
Δ% de médicos (2016-2020)	1.00	0.061	1.00	0.173	1.00	0.051				
Δ% auxiliar de enfermagem (2016-2019)	1.00	0.752	1.00	0.465						
IDEB (2019)	0.92	0.615	0.99	0.901						
Δ% IDEB (2017-2019)	1.02	0.089	1.01	0.127						
Δ% educação fundamental infantil per capita (2016-2020)	1.00	0.466								
Despesas com educação infantil per capita (2020)	1.00	**0.042**								
Proporção de beneficiários	9.45	0.675	3.55	0.688	0.45	0.714				
Valor recebido de auxílio per capita	1.00	0.852	1.00	0.584	1.00	0.278	1.00	0.073		
Média restrição em locais de trabalho	1.00	0.857								
Nº óbitos até outubro/10 mil hab.	0.97	0.376	1.00	0.886	0.98	0.172	0.99	0.594	1.00	0.724
Nº casos até outubro/10 mil hab.	1.00	0.190	1.00	0.972	1.00	0.142				
Observations	657		1482		2716		2854		3032	
R^2 Tjur	0.233		0.179		0.178		0.176		0.115	

Fonte: Elaboração dos autores.

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.4236

Do ponto de vista da dimensão sociodemográfica, o *log* da população foi fator significativamente impactante, obtendo significância estatística com sinal positivo em todos os modelos, fato que informa que ao aumentar o tamanho da população, aumenta-se também a probabilidade de o prefeito ser reeleito. Dito de outra forma, municípios menores são mais propensos a punirem os representantes do executivo municipal em comparação aos municípios com maior população. Diferentemente da tradicional concepção de que os pequenos municípios são mais suscetíveis à manipulação dos governos, os dados aqui analisados demonstraram exatamente o inverso.

Nenhuma variável de região foi significativa em qualquer um dos modelos, com exceção do Sul em um único modelo[iv] Dada essa constatação, pode-se afirmar que a região não foi um fator que interferiu na probabilidade de reeleição. Assim como também não o foi a desigualdade calculada pelo índice de GINI e o aporte financeiro do município mensurada por seu PIB *per capita*. Tampouco foram encontrados fatores significativos no fato de o município estar em uma área metropolitana, independentemente da sua densidade demográfica, ou ser polo de saúde de uma região. Todas essas variáveis, incluindo a dependência financeira do município da receita dos demais entes, não tiveram qualquer significância na probabilidade de reeleição, o que significa dizer que variáveis sociodemográficas, com exceção do tamanho da população, não interferiram nas chances de reeleição.

Na dimensão política, o número efetivo de partidos foi significativo e negativo em todos os modelos. Como era de se esperar, quanto mais competitiva a eleição, menores são as chances de um prefeito se reeleger. As chances de reeleição não foram alteradas pela variável que mensurava a competitividade da eleição de 2016 (diferença percentual do primeiro candidato em comparação ao segundo na eleição imediatamente anterior ao pleito sob análise), assim como nenhum partido político obteve informações significativas no modelo, com exceção dos Democratas no modelo 1.

A diferença, em 2018, entre as votações de Haddad e Bolsonaro também foi significativa em dois modelos e mostrou-se positiva. Isso significa afirmar, com algum grau de ressalva, que os municípios onde Bolsonaro teve maior proporção de votos tenderam a ser mais rigorosos no julgamento do mandatário do executivo municipal. Municípios em que Haddad teve melhor desempenho tenderam a recompensar mais os prefeitos, aumentando as chances de reeleição. Cada ponto percentual de vantagem de Haddad sobre Bolsonaro

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.4236

aumentou em 1% as chances de o prefeito ser reeleito em 2020. A explicação para esse achado remete ao conflito entre o presidente e os prefeitos e governadores em relação à pandemia. Os prefeitos que governaram municípios mais bolsonaristas tiveram mais dificuldades de se reeleger.

Na dimensão das variáveis individuais dos prefeitos, destaca-se o sexo do candidato que apresentou efeito significativo e negativo em todos os modelos. Ser mulher diminui entre 60 e 40% as chances dos indivíduos se reelegerem. Esse foi um dos fatores, juntamente com o tamanho da população e o nível de competição eleitoral, que mais afetou o desempenho eleitoral dos prefeitos.

Como já amplamente estudado pela literatura sobre financiamento de campanhas (Speck; Cervi, 2016), o percentual de despesas dos candidatos afetou com significância estatística as chances de reeleição dos prefeitos: quanto maiores os gastos, maior também a probabilidade de se reeleger.

Sobre o conjunto de variáveis de governo, pode-se afirmar que o gasto com educação infantil *per capita* em 2020 foi estatisticamente significativo de forma positiva. Ou seja, gastar em educação no ano de 2020 aumentou as chances de reeleição dos mandatários. Dentro desse contexto, a variação percentual do IDEB entre 2017 e 2019, a variação percentual do valor gasto em ensino fundamental e infantil *per capita* entre 2016 e 2020, assim como o percentual de funcionários discricionários e de funcionários públicos municipais per capita em 2020 não obtiveram relevância estatística.

Por fim, sobre a relação da pandemia e seu enfrentamento com a reeleição de prefeitos no Brasil, pode-se afirmar que, na dimensão das ações contra à crise do Covid-19, as despesas em saúde *per capita* em 2020 no modelo 5 interferiram de forma significativa e positiva. Ou seja, gastar com saúde no primeiro ano de pandemia aumentou as chances de reeleição dos mandatários. Por fim, variáveis ligadas aos números de casos e óbitos por 10 mil habitantes, como também o número de beneficiários do auxílio emergencial, o valor recebido *per capita* de auxílio, e a diminuição de mobilidade em locais de trabalho não foram significativas para explicar a reeleição de prefeitos.

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.4236

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ambiente pandêmico nos municípios gerou enormes dificuldades governamentais para todos os mandatários locais, mas ainda assim alguns deles submeteram-se à tentativa de renovar seus mandatos no ano de 2020. As eleições municipais transcorreram em um ambiente em que o tema "pandemia" foi notório. Questões relacionadas ao enfrentamento estiveram presentes nos debates públicos e no radar dos eleitores no momento de escolha da sua liderança local, tais como a adoção de medidas de isolamento, obrigatoriedade no uso de máscara, vacinação em massa e demais orientações da Organização Mundial da Saúde (OMS).

Este artigo teve como objetivo verificar se aspectos relacionados à Covid-19 impactaram as chances eleitorais dos candidatos à reeleição. Mais especificamente, testou-se a influência de variáveis de cinco dimensões: características individuais dos postulantes, fatores políticos municipais, questões de governo, características socioeconômicas dos municípios e, por fim, indicadores contextuais da pandemia sobre o sucesso dos prefeitos enquanto candidatos.

Como resultado, não foram encontradas evidências da influência direta de variáveis epidemiológicas nas chances de reeleição dos prefeitos como se poderia esperar. Nem casos de contágio nem de óbito, ou a diminuição de circulação em ambientes de trabalho (uma *proxy* de *lockdowns*) tiveram razoável impacto explicativo. Aparentemente, mantidas constantes as demais características sociodemográficas dos municípios e individuais dos candidatos, variáveis epidemiológicas não alteraram a probabilidade de o mandatário se reeleger.

Também não alteraram as chances de reeleição a política de transferência de renda do governo federal criada para mitigar as consequências da pandemia. Os montantes recebidos do auxílio emergencial em suas duas formas (proporção de beneficiários e total do montante *per capita*) não foram estatisticamente significativos.

Todavia, encontrou-se uma relação entre as alternativas de enfrentamento adotadas pelos gestores locais e os resultados obtidos por eles nas eleições: os prefeitos que gastaram mais na área da saúde pública e na área da educação infantil tiveram as suas probabilidades de reeleição aumentadas. As despesas em saúde *per capita* em 2020 interferiram de forma significativa e positiva sobre o sucesso eleitoral dos prefeitos candidatos. Apesar das

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.4236

contratações de médicos, enfermeiros e auxiliares de enfermagem não terem afetado diretamente as chances de reeleição, os gastos em saúde (que em alguma medida se relacionam com as contratações) expressaram os efeitos da pandemia sobre a reeleição.

Os resultados apresentados contribuem com o debate acadêmico sobre a premiação eleitoral dada pelo eleitor aos líderes políticos que responderam de forma mais efetiva às implicações sanitárias, sociais e econômicas da pandemia. Com exceção do gasto em saúde, que impactou positivamente as chances de continuidade dos *incumbents*, fatores ligados à pandemia e a seu enfrentamento não tiveram impacto sobre a reeleição. Os aspectos que mais contribuíram para a reeleição estão relacionados aos atributos individuais dos candidatos e às características socioeconômicas e políticas dos municípios.

No aspecto sociodemográfico, aponta-se que o tamanho da população impactou as chances de sucesso na tentativa de renovação de mandato nas prefeituras. Municípios menores apresentaram tendências de punição maiores do que os grandes municípios – o que contraria concepções enraizadas no noticiário político brasileiro de que, nos pequenos municípios, estão os eleitores mais suscetíveis à máquina pública e, por isso, menos afeitos a punir governantes.

Na dimensão das variáveis políticas, como era de se esperar, a competição eleitoral mensurada pelo número efetivo de partidos (NEP) foi um dos fatores mais consistentes nos cinco modelos: quanto maior a competição, menores as chances de os mandatários se reelegerem. A diferença da votação entre Bolsonaro e Haddad no segundo turno em 2018 foi inserida como *proxy* do grau de adesão do município ao bolsonarismo e obteve significância estatística negativa para a reeleição dos prefeitos: quanto mais bolsonarista o município, maiores as chances de punir os prefeitos com a não renovação dos mandatos. A interpretação desses achados precisa de testes estatísticos adicionais mais acurados e novos desenhos de pesquisa que extrapolam os objetivos deste artigo. Uma pista para desvendar esta relação pode estar na mediação entre o desempenho eleitoral de Bolsonaro na eleição de 2018 e os óbitos causados por Covid-19. Bolsonaro declarou guerra aos prefeitos e governadores, que ficaram com o ônus de impor as políticas de enfrentamento. Uma possível explicação para os resultados aqui encontrados é que nos municípios com maiores votações em Haddad os prefeitos encontraram menos resistência à adoção de medidas de prevenção, como uso de máscaras e isolamento, que por sua vez afetaram os efeitos da pandemia e foram, por isso, premiados eleitoralmente pelos cidadãos.

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.4236

No que concerne às características individuais dos candidatos, os recursos financeiros gastos pelo mandatário na campanha resultaram em bons frutos: quanto maior a proporção de dinheiro controlado pelo candidato, maior a chance de se reeleger: a cada ponto percentual de gasto total do município, aumentaram em 0,4% as chances de reeleição.

Um aspecto que merece maior atenção é a relação da variável sexo com o aumento da probabilidade de derrota. Mesmo controlado por gasto em campanha, escolaridade dos postulantes, competição municipal e índice de GINI – variáveis clássicas que manifestam efeito sobre a possibilidade de reeleição – as prefeitas tiveram entre 60% e 33% menos chances de serem reeleitas em relação aos prefeitos.

Coscieme et al. (2020), ao estudar a primeira fase da pandemia, encontraram que países governados por lideranças femininas comunicaram menos mortes por Covd-19 *per capita* e foram mais eficientes no achatamento da curva de casos diários. A explicação para o melhor desempenho das lideranças femininas no combate à doença foi baseada no fato de que as governantes foram mais prontas na adoção de medidas restritivas no início da primeira fase da pandemia ao priorizarem vidas ao invés da economia.

No Brasil, municípios que tiveram prefeitas eleitas em 2016 enfrentaram uma onda menos severa da pandemia do Covid-19. As lideranças municipais femininas foram responsáveis por notificar menos casos de óbitos e hospitalizações por infecção respiratória aguda grave por cem mil habitantes. O uso obrigatório de máscara foi apontado como o mecanismo mais provável para explicar a diferença de mortes e hospitalizações. Prefeitas foram oito pontos percentuais mais propensas a adotar o uso obrigatório de máscara e cinco pontos percentuais mais propensas a proibir reuniões em comparação a prefeitos (Bruce et al*.,* 2022).

Se as mulheres prefeitas tiveram melhor desempenho no combate à pandemia, por que não foram recompensadas eleitoralmente em 2020? Os resultados aqui encontrados permitem notar que o desempenho dos governantes municipais no enfrentamento não surtiu efeito positivo para a decisão do voto dos eleitores e sua provável reeleição. O eleitor não premiou a governante que conseguiu melhor controlar os efeitos negativos da pandemia em relação ao número de casos e óbitos. Diante disso, o fator explicativo para tal fenômeno está ancorado nas estruturas de organização social e nos papéis tradicionais de gênero, onde a arena política não é vista pelo eleitor como uma dimensão que naturalmente pertence às mulheres (Miguel;

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.4236

Queiroz, 2006) e as funções designadas a um governante não são atribuídas aos papéis femininos (Araújo, 2016). Nesse sentido, o pleito eleitoral funcionaria como uma barreira mais rigorosa para as prefeitas, onde o viés negativo de gênero é manifestado por meio do crivo do eleitor. Corroborando essa teoria, ainda que as mulheres tenham tido melhores desempenhos no combate à pandemia, o eleitor não parece ter considerado esses aspectos como importantes para a decisão eleitoral.

Este trabalho aponta para uma série de relações entre fenômenos que devem ser melhor explorados, principalmente no que tange à responsabilização dos eleitores no nível local. As hipóteses clássicas da literatura sobre reeleição foram aqui testadas e, em grande medida, reafirmadas. O que mais surpreendeu foi o não impacto das variáveis relacionadas à pandemia sobre a reeleição. Os eleitores parecem não ter responsabilizado os prefeitos eleitoralmente em relação ao número de casos de contágio nem mesmo ao de óbitos no município. O único fator que teve impacto foi o gasto com saúde.

REFERÊNCIAS

ABRUCIO, Fernando Luiz; GRIN, Eduardo José; Franzese, Cibele; Segatto, Catarina Ianni; Couto, Claúdio Gonçalves. (2020), "Combate à Covid-19 sob o federalismo bolsonarista: um caso de descoordenação intergovernamental". *Revista de Administração Pública*, v. 54, p. 663–677.

ARRETCHE, M.; RODDEN, J. (2021), "Política distributiva na federação: estratégias eleitorais, barganhas legislativas e coalizões de governo". *Dados*, v. 47, n. 3, p. 549–576.

BARRETO, A. AUGUSTO DE B. (2021), "Abstenção, votos brancos e nulos: os números das eleições de 2020". *Cadernos Adenauer: Impactos das eleições 2020 e da pandemia no Brasil*, p. 55–87.

BARRETO, A. AUGUSTO DE B. (2014), "Cabeça e Corpo: Incumbent versus partido nas eleições municipais brasileiras (2000-2012)". *IX Encontro da ABCP*.

BERTOLI, S.; GUICHARD, L.; MARCHETTA, F. (2020), "Turnout in the municipal elections of March 2020 and excess mortality during the Covid-19 epidemic in France". *IZA Discussion Paper*.

BOL, Damien; GIANI, Marco; BLAIS, André; LOEWEN, Peter John. (2021), "The effect of Covid-19 lockdowns on political support: Some good news for democracy?" *European Journal of Political Research*, v. 60, n. 2, p. 497–505.

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.4236

BRAMBOR, T.; CENEVIVA, R. (2012), "Reeleição e continuísmo nos municípios brasileiros". *Novos estudos CEBRAP*, v. 93, p. 09–21.

CAMPOS, G. W. DE S. (2020), "O pesadelo macabro da Covid-19 no Brasil: entre negacionismos e desvarios". *Trabalho, Educação e Saúde*, v. 18, n. 3, p. 1–5.

CAPONI, S. (2020), "Covid-19 no Brasil: entre o negacionismo e a razão neoliberal". *Estudos Avançados*, 33. v. 34, n. 99, p. 209–224.

CASSAN, G.; SANGNIER, M.(2020), "Liberté, Egalité, Fraternité... Contaminé? Estimating the impact of French municipal elections on Covid-19 spread in France". *Med RXIV*.

CASTRO, M. C. et al. (2021), "Spatiotemporal pattern of Covid-19 spread in Brazil". *Science*, v. 372, n. 6544, p. 821–826.

CAVALCANTE, P. (2015), "Vale a pena ser um bom prefeito? Comportamento eleitoral e reeleição no Brasil". *Opinião Pública*, v. 21, n. 1, p. 87–104.

CAVALCANTE, P. (2016), "Desempenho fiscal e eleições no Brasil: uma análise comparada dos governos municipais". *Revista de Administração Pública*, v. 50, n. 2, p. 307–330.

COSTA, M. M. DE A. (2006), "Reeleição e Política Fiscal: um estudo dos efeitos da reeleição nos gastos público". v. 5, n. 3.

DE ARAUJO JUNIOR, A. F.; CANÇADO, P.; SHIKIDA, C. D. (2005), "Economics and politics: o que determina as chances de reeleição em municípios? O caso das eleições municipais de Minas Gerais-2000". *Informe Gepec*, v. 9, n. 2.

DE FIGUEIREDO SILVA, F.; BRAGA, M. J. (2013), "Determinantes da Reeleição Municipal da Bahia para o período de 2000 a 2008". *Planejamento e Políticas Públicas*, n. 40.

FREITAS, V. E. V. DE S. et al. (2021), "Combate à pandemia de Covid-19 e sucesso eleitoral nas capitais brasileiras em 2020". *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 36, p. 1–40.

HENRIQUES, C.; PESSANHA, M.; VASCONCELOS, W. (2020), "Crises dentro da crise: respostas, incertezas e desencontros no combate à pandemia da Covid-19 no Brasil". *Estudos avançados*, v. 34, p. 25–44.

KLEIN, F. A. (2010), "Reelection incentives and political budget cycle: evidence from Brazil". *Revista de Administração Pública*, v. 44, n. 2, p. 283–337.

MARCINIUK, F. L.; BUGARIN, M. S. (2019), "A influência da reeleição nas políticas fiscais subnacionais". *Revista Brasileira de Economia*, v. 73, n. 2, p. 181–210.

MARENCO, A.; CATE, L. T. (2021), "Votos, partidos e pandemia: o que os resultados de 2020 projetam para o futuro?". *Cadernos Adenauer. Impactos das eleições 2020 e da*

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.4236

pandemia no Brasil, p. 25–39.

MENDES, M.; ROCHA, C. A. (2003), Reeleição sob informação imperfeita: evidências para os municípios brasileiros. *Departamento de Economia da Universidade de Brasília*.

NORDHAUS, W. D. (1975), "The political business cycle". *The review of economic studies*, v. 42, n. 2, p. 169–190.

NOURY, A. et al. (2021), "How does Covid-19 affect electoral participation? Evidence from the French municipal elections". *PloS one*, v. 16, n. 2, p. 1–16.

OLIVEIRA, C. A. DE. (2021), "Voto válido é risco nulo? O impacto do segundo turno das eleições municipais de 2020 nos casos e óbitos por Covid-19 no Brasil". *Escola Nacional de Administração Pública (Enap)*.

PEREIRA, A. K.; OLIVEIRA, M. S.; SAMPAIO, T. DA S. (2020), "Heterogeneidades das políticas estaduais de distanciamento social diante da Covid-19: aspectos políticos e técnico-administrativos". *Revista de Administração Pública*, v. 54, p. 678–696.

PUCHALE, C. L. et al. (2020), "A influência de ciclos político-econômicos em despesas socioeconômicas dos estados brasileiros de 2003 a 2014". *Política & Sociedade*, v. 19, n. 44, p. 229–256.

RENNÓ, L.; AVRITZER, L.; CARVALHO, P. D. DE. (2021), "Entrenching right-wing populism under Covid-19: denialism, social mobility, and government evaluation in Brazil". *Revista Brasileira de Ciência Política*, v. 36, n. A Ciência Política frente à crise do Covid-19.

SAKURAI, S. N. (2005), "Testando a hipótese de ciclos eleitorais racionais nas eleições dos municípios paulistas". *Estudos Econômicos (São Paulo)*, v. 35, n. 2, p. 297–315.

SAKURAI, S. N.; MENEZES FILHO, N. A. (2007), "Política fiscal e reeleição nos municípios brasileiros: uma análise via dados em painel para o período 1988-2000". *Encontro Nacional de Economia*, v. 35.

SCHAEFER, Bruno Marques ; RESENDE, Roberta Carnelos; EPITÁCIO, Sara de Sousa Fernandes; ALEIXO, Mariah Torres. (2020), "Ações governamentais contra o novo coronavírus: evidências dos estados brasileiros". *Revista de Administração Pública*, v. 54, p. 1429–1445.

SILVA, Silvio Fernandes da. (2001), *Municipalização da saúde e poder local: sujeitos, atores e políticas*. Tese (Doutorado em Saúde Pública), Universidade de São Paulo, São Paulo, p. 1–180.

SODRÉ, F. (2020), "Epidemia de Covid-19: questões críticas para a gestão da saúde pública no Brasil". *Trabalho, Educação e Saúde,* v. 18, n. 3, p. 1–12.

SPECK, B. W.; CERVI, E. U. (2016), "Dinheiro, tempo e memória eleitoral: os mecanismos

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.4236

que levam ao voto nas eleições para prefeito em 2012". *Dados*, v. 59, p. 53–90.

TAROUCO, G. (2021), "Covid-19 and the Brazilian 2020 Municipal Elections". *International Institute for Democracy and Electoral Assistance (IDEA)***.** Published February, v. 19.

Anexo 1 - Conjunto de variáveis explicativas da reeleição em 2020

VARIÁVEIS INDEPENDENTES	DIMENSÃO	INFORMAÇÃO	FONTES
Log da população (2019)	Sociodemográfica	O log da população estimada em 2019	IBGE
Região	Sociodemográfica	A região do município	IBGE
GINI (2010)	Sociodemográfica	O Coeficiente de Gini municipal	IBGE
PIB per capita (2017)	Sociodemográfica	PIB municipal per capita em 2017	IBGE
Metrópole	Sociodemográfica	O município integra alguma região metropolitana	IBGE
Município polo de saude	Sociodemográfica	Indica se o município integra alguma região de saude	DATA-SUS
Densidade Demográfica	Sociodemográfica	A densidade demográfica do município, calculada pela relação entre o número de habitantes por area	IBGE
Denpendência financeira (2019)	Sociodemográfica	A denpencia financeira de um município de rendas transferidas pelos demais entes da federação em 2019	IBGE
IDEB (2019)	Sociodemográfica	A nota do IDEB nos anos finais em 2019	PNUD
NEP	Politica	O nível de competicao eleitoral do município calculado pelo numero de partidos efetivos (NEP) em 2020	TSE
Diferença entre Haddad e Bolsonaro	Politica	A diferença de votos entre Jair Bolsonaro e Fernando Haddad no segundo turno	TSE
Diferença entre o primeiro e o segundo colocado (2016)	Politica	A diferença entre o primeiro e o segundo colocado nas eleicoes de 2016	TSE
Partido Politico	Individual do Candidato	A variável destaca os 10 partidos que conquistaram o maior número de prefeituras nas eleiçoes de 2016	TSE
Prefeita	Individual do Candidato	Indica se o candidato a reeleição declarou ser do sexo feminino	TSE
Casado (a)	Individual do Candidato	Indica se o candidato a reeleição e casado	TSE
Médico	Individual do Candidato	O candidato a reeleição declarou ser medico	TSE
Ensino Superior	Individual do Candidato	O candidato a reeleição possui ensino superior	TSE
% despesa por candidato	Individual do Candidato	O percentual de recursos utilizado pelo postulante em relação ao total de recursos gasto por todos os candidatos nas eleicoes de 2020	TSE

continuando…

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.4236

VARIÁVEIS INDEPENDENTES	DIMENSÃO	INFORMAÇÃO	FONTES
Δ % IDEB (2017-2019)	Governo	A variação percentual da nota do IDEB nos anos finais entre 2017 e 2019	FINBRA
Δ % educação fundamental infantil per capita	Governo	A variação percentual do valor gasto em ensino fundamental e infantil per capita entre 2016 e 2020	FINBRA
% de funcionarios discricionarios	Governo	O percentual de funcionários discricionário em 2020	FINBRA
Tamanho da máquina municipal	Governo	O número de funcionários públicos municipais per capita em 2020	FINBRA
Despesas com educação infantil per capita em 2020	Governo	As despesas com educação infantil per capita em 2020	FINBRA
Nº óbitos ate outubro/10 mil hab	Pandemia	O número de óbitos por 10 habitantes ate o mes de outubro de 2020	DATA-SUS
Nº casos ate outubro/10 mil hab	Pandemia	O número de casos por 10 habitantes ate o mes de outubro de 2020	DATA-SUS
Proporção de beneficiário	Pandemia	A proporção de beneficiários do auxilio emergencial ate outubro de 2020	BASES DOS DADOS
Valor recebido de auxílio per capita	Pandemia	O valor recebido per capita ate outubro de 2020	BASES DOS DADOS
Despesas totais com saúde per capita	Pandemia	As despesas totais com saúde per capita em 2020	DATA-SUS
Δ % em saúde per capita	Pandemia	A variação percentual do gasto em saúde per capita entre 2019 e 2020	DATA-SUS
Δ % de médicos	Pandemia	A variação percentual de médico entre 2019 e 2020	DATA-SUS
Δ % de auxiliar de enfermagem	Pandemia	A variação percentual de técnicos de enfermagem entre 2019 e 2020	DATA-SUS
Média restrição em locais de trabalho	Pandemia	A media da restrição de mobilidade em locais de trabalho indicada pelo relatório do google no ano de 2020 relação ao ano de 2019	GOOGLE

Fonte: Elaboração dos autores.

Anexo 2 - Testes estatísticos dos modelos logísticos

	Modelo 1	Modelo 2	Modelo 3	Modelo 4	Modelo 5
Sensitivity	0.8799	0.8614	0.8589	0.8563	0.8987
Specificity	0.4643	0.4078	0.4367	0.4374	0.3038
Pos Pred Value	0.7605	0.7320	0.7298	0.7291	0.6891
Neg Pred Value	0.6667	0.6105	0.6360	0.6325	0.6360
Prevalence	0.6591	0.6525	0.6392	0.6388	0.6319
Detection Rate	0.5799	0.5621	0.5490	0.5470	0.5679
Detection Prevalence	0.7626	0.7679	0.7522	0.7502	0.8242
Balanced Accuracy	0.6721	0.6346	0.6478	0.6469	0.6013

Fonte: Elaboração dos autores.

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.4236

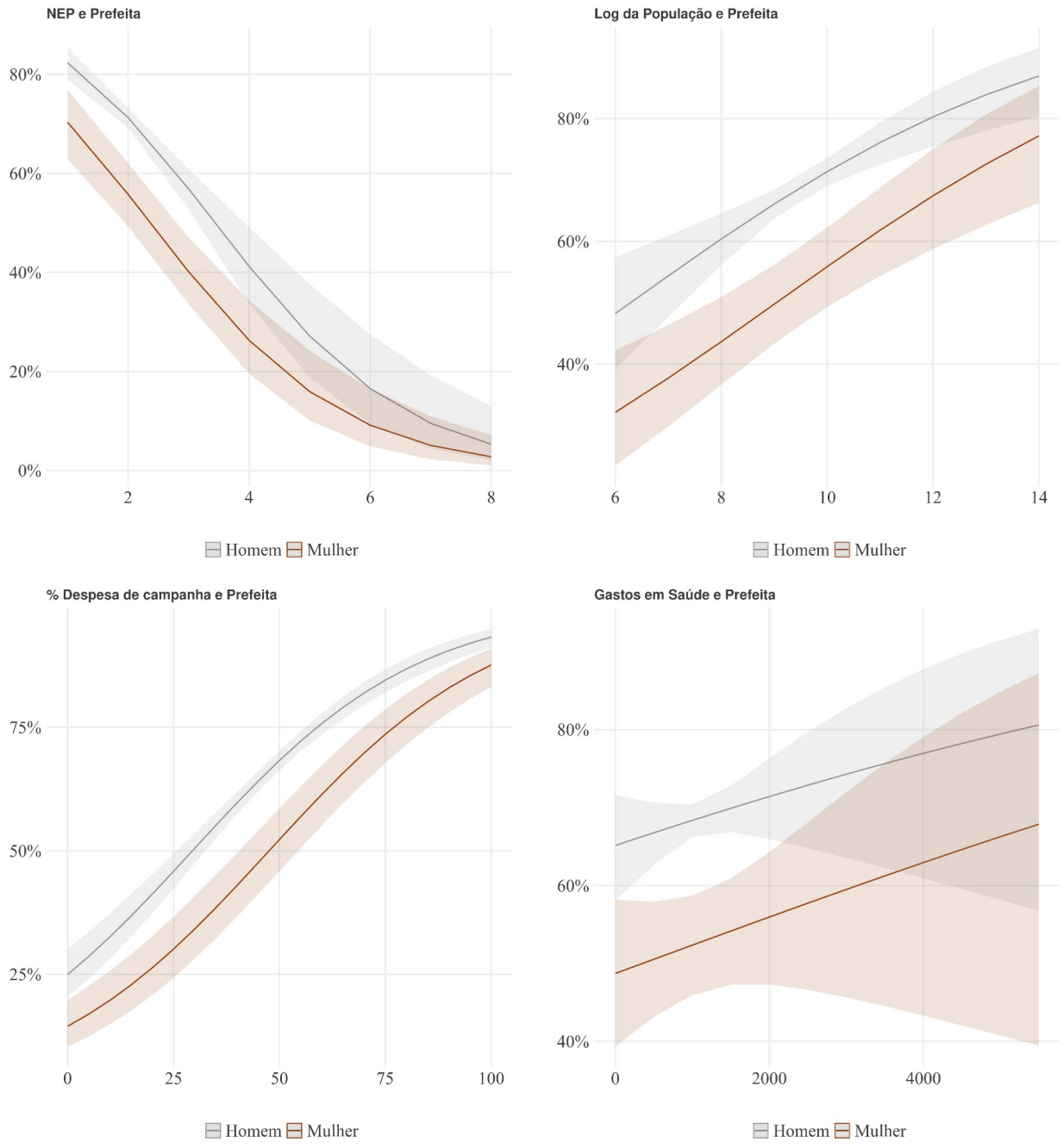
Anexo 3 - Modelos logísticos hierárquicos com UF em segundo nível de agregação

	Modelo 6			**Modelo 7**		
Predictors	*Odds Ratios*	*CI*	*p*	*Odds Ratios*	*CI*	*p*
(Intercept)	1.15	0.35 – 3.79	0.813	1.15	0.35 – 3.77	0.823
Log da população (2019)	1.30	1.16 – 1.45	**<0.001**	1.30	1.16 – 1.45	**<0.001**
PIB per capita (2017)	1.00	1.00 – 1.00	0.954	1.00	1.00 – 1.00	0.956
NEP	0.30	0.25 – 0.34	**<0.001**	0.30	0.25 – 0.34	**<0.001**
Diferença entre Haddad e Bolsonaro	1.00	1.00 – 1.01	0.063	1.00	1.00 – 1.01	0.063
% candidato mais votado (2016)	1.01	1.00 – 1.02	**0.011**	1.01	1.00 – 1.02	**0.011**
Prefeita	0.69	0.54 – 0.87	**0.002**	0.69	0.54 – 0.87	**0.002**
Despesas totais com saúde per capita (2020)	1.00	1.00 – 1.00	**0.036**	1.00	1.00 – 1.00	**0.036**
Nº óbitos até outubro/10 mil hab				1.00	0.98 – 1.02	0.865
Random Effects						
σ^2	3.29			3.29		
τ_{00}	0.06 $_{\text{sigla_uf}}$			0.06 $_{\text{sigla_uf}}$		
ICC	0.02			0.02		
N	26 $_{\text{sigla_uf}}$			26 $_{\text{sigla_uf}}$		
Observations	3084			3084		
Marginal R^2 / Conditional R^2	0.161 / 0.176			0.161 / 0.176		

Fonte: Elaboração dos autores.

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.4236

Anexo 4 - Probabilidades preditas do modelo 4



Fonte: Elaboração dos autores.

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.4236

Contribuição de autoria
Contributor roles - CRediT

Anexo 5 - Declaração de contribuição de cada um dos autores de acordo com a taxonomia CRediT

	VITOR PEIXOTO	JOAO GABRIEL LEAL	LARISSA MARTINS MARQUES	RENATO BARRETO DE SOUZA
CONCEPTUALIZATION	x	x		x
DATA CURATION		x	x	
FORMAL ANALYSIS				
FUNDING ACQUISITION	x			x
INVESTIGATION	x	x	x	x
METHODOLOGY	x	x	x	
PROJECT ADMINISTRATION	x		x	

Fonte: Elaboração dos Autores.

Declaração de conflito de interesse
Conflicts of interest

Os autores declaram que não há conflito de interesse.

Repositorido de dados no GitHUb
https://github.com/moraespeixoto/pandemia_reeleicao_2020

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.4236

i *Incumbents* é o conceito usado para se referir às consequências positivas ou negativas que o exercício atual do mandato proporciona ao governante que tenta continuar em seu cargo em uma nova eleição.
ii A operacionalização e a fonte de cada variável se encontram no anexo 1.
iii Os testes de ajustes, acurácia, especificidade e sensibilidade estão no anexo 2; as probabilidades preditas e os testes de pressupostos do modelo 4 se encontram, respectivamente, nos anexos 4 e 5.
iv Dado o fato de as regiões não apresentarem significância estatística sobre as chances de reeleição e dado que a literatura aponta que pode haver intervenção do alinhamento entre prefeitos e governadores, foram construídos modelos hierárquicos (multiníveis) com os estados como segundo nível de agregação. Os dados estimados não foram muito diferentes dos encontrados nos modelos logísticos binários de um único nível e por isso foram expostos no anexo 3 e são referidos como modelos 6 e 7.

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença Creative Commons CC-BY.
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.